

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

2

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA: JUDICIÁRIA

ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS

MANHÃ

CADERNO D

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno e os dados identificadores do seu cargo coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto ao tipo de caderno ou quanto aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Comandar é falar ao olhar.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **22/4/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **23 e 24/4/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **22/5/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 **Cult** — O que significa exatamente “capitalismo do desastre”?

Naomi Klein — Veja o que aconteceu após o furacão Katrina, exemplo clássico do capitalismo do desastre. Não considero o Katrina um desastre “natural” porque envolveu uma clara omissão do Estado — no sentido de que as barragens estavam deterioradas. Imediatamente depois do ocorrido, um político republicano, Richard Baker, disse “não pudemos limpar os projetos de conjuntos habitacionais, mas Deus fez isso por nós”. Isso é o capitalismo do desastre! É uma ideia muito velha, que já existia na mentalidade colonial. Na América do Norte, os colonos que ocuparam a Nova Inglaterra tinham uma teoria religiosa sobre a varíola, pois a causa principal de mortalidade dos índios era a doença. Nos diários da época, falava-se da moléstia como uma dívida de Deus. De diversas maneiras, estavam usando a mesma formulação que o político republicano. Quando a varíola acabou com diversas comunidades dos iroquois e a terra deles foi invadida pelos colonos, Deus foi invocado, e o desastre foi visto como um ato divino. Então, sim, isso não é novidade. Mas, o que há de novo aqui, e que vimos em Nova Orleans, é que não apenas o desastre foi utilizado para a privatização do sistema educacional e habitacional, mas a resposta ao próprio desastre foi vista como oportunidade de mercado. E essa é realmente a última fronteira para o neoliberalismo. Todas as partes do estado foram privatizadas: estradas, eletricidade, telefone, água. Haviam sobrado apenas as funções fundamentais: os militares, a polícia, os bombeiros. Mas agora estamos assistindo ao surgimento de um complexo do capitalismo do desastre: negócios que dependem diretamente desse conjunto de crises e desastres.

Naomi Klein. *Resistindo ao choque*. In: *Cult – Revista Brasileira de Cultura*. São Paulo: Bregantini, n.º 125, jun./2008, p. 10 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas do texto acima, que é parte de uma entrevista de Naomi Klein à revista **Cult**, julgue os itens a seguir.

- 1 A entrevistada considera o furacão Katrina um exemplo clássico do capitalismo do desastre, porque sua ocorrência está relacionada à omissão do Estado.
- 2 Para a entrevistada, o capitalismo do desastre promove, além da privatização de bens públicos, a criação de um mercado que se alimenta dos desastres e das crises do próprio sistema.
- 3 O trecho “Veja o que aconteceu” (l.3) é exemplo de um dos elementos característicos de entrevistas: o recurso de o interlocutor dirigir a mensagem diretamente ao seu receptor.
- 4 A grafia diferenciada de “Estado” (l.6) e “estado” (l.26) indica a diferença de sentido entre as palavras no texto, as quais remetem, respectivamente, ao ente que governa e à concreta unidade da federação: Nova Orleans.
- 5 Segundo a entrevistada, a fala do político republicano — trecho entre aspas nas linhas de 8 a 10 — e o discurso dos diários da colonização norte-americana, em nome de interesses econômicos, naturalizam e justificam desastres como o furacão e a dizimação da população provocada pela varíola, ao considerá-los obras divinas.

1 No novo mundo e em especial no Brasil, onde a escravidão foi particularmente cruenta e predatória, o senhor podia tomar qualquer decisão quanto à vida de seu escravo, conforme seu arbítrio. Se considerasse que um escravo o ameaçava, podia mandar cortar seus pés, cegá-lo, suplicia-lo com chibatadas ou matá-lo. A relação senhor/escravo não era um pacto: o senhor não estava obrigado a preservar a vida de seu escravo individual; muito ao contrário, sua liberdade de tirar a vida daquele que coisificara definia sua posição de senhor, tanto mais quanto o fluxo de escravos no mercado lhe permitia repor o plantel sem maiores restrições. A escravidão longeva acabou por abstrair o rosto do escravo, despersonalizando-o e coisificando-o de maneira reiterada e permanente. Ao final, restava apenas a sua cor, definitivamente associada ao trabalho pesado e degradante. A imagem do trabalho e do trabalhador consolidada ao longo da escravidão fez-se, portanto, da sobreposição de hierarquias sociais de cor, de *status* social associado à propriedade e de dominação material e simbólica, em uma mescla de sentidos que convergiram para a percepção do trabalho manual como algo degradado. Dizendo-o de modo mais enfático, a ética do trabalho oriunda da escravidão foi uma ética de desvalorização do trabalho, e seu resgate do ressaibo da impureza e da degradação levaria ainda muitas décadas. Esse quadro de inércia estrutural configurou o ambiente em que se teceu a sociabilidade capitalista no país.

Adalberto Cardoso. *Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social*. In: *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo: UNESP, n.º 80, mar./ 2008, p. 25 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 De acordo com o texto, a dominação imposta pela escravidão foi simbólica, pois, desvinculada das condições materiais da produção escravista, atribuiu um sentido degradante ao trabalho escravo.
- 7 Nas linhas 1 e 2, as vírgulas são empregadas para isolar oração intercalada que destaca a especificidade da escravidão no Brasil.
- 8 A significação do vocábulo “coisificara” (l.9) remete ao processo de despersonalização do negro transformado em mercadoria pela escravidão.
- 9 A expressão “tanto mais quanto” (l.10) indica a relação de proporcionalidade entre a liberdade do senhor de dispor da vida de seu escravo e o alto fluxo de escravos no mercado.
- 10 Considerando-se o contexto da escravidão abordado no texto, a expressão “à propriedade” (l.19) poderia ser substituída por **ao imóvel**, uma vez que o substantivo “propriedade” refere-se às terras, um bem fixo dos grandes proprietários rurais.

- 1 13 DE JUNHO... Vesti as crianças e eles foram para a escola. Eu fui catar papel. No Frigorífico vi uma mocinha comendo salsichas do lixo. (...) Os preços aumentam igual
4 as ondas do mar. Cada qual mais forte. Quem luta com as ondas? Só os tubarões. Mas o tubarão mais feroz é o racional. É o terrestre. É o atacadista. A lentilha está a 100
7 cruzeiros o quilo. Um fato que alegrou-me imensamente. Eu dancei, cantei e pulei. E agradei o rei dos juizes que é Deus. Foi em janeiro quando as águas invadiu os armazens e
10 estragou os alimentos. Bem feito. Em vez de vender barato, guarda esperando alta de preços: Vi os homens jogar sacos de arroz dentro do rio. Bacalhau, queijo, doces. Fiquei com
13 inveja dos peixes que não trabalham e passam bem.

Carolina Maria de Jesus. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2004, p. 54 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 11 A indicação da data da escrita, o emprego da primeira pessoa do singular e a exposição de fatos reais permitem caracterizar o texto como um diário, embora se verifique no texto, também, o emprego da linguagem conotativa, típica do texto literário.
- 12 O emprego do sinal indicativo de crase em “as ondas” (l.4) é facultativo, uma vez que a palavra “igual” (l.3), que equivale a **como**, dispensa a preposição.
- 13 O ponto final logo após as orações coordenadas “dancei, cantei e pulei” (l.8) pode ser substituído por vírgula sem prejuízo gramatical ou de sentido, desde que a conjunção “E” (l.8) seja escrita em minúscula.
- 14 O referente da forma verbal “guarda” (l.11) é a expressão “o atacadista” (l.6).

Carta do desembargador X... ao chefe de polícia da Corte

1 Corte, 20 de setembro de 1875.

2 Desculpe V. Ex.^a o tremido da letra e o desganhado do estilo; entendê-los-á daqui a pouco. Hoje, à tardinha,
4 acabado o jantar, enquanto esperava a hora do Cassino, estirei-me no sofá e abri um tomo de Plutarco. V. Ex.^a, que foi meu companheiro de estudos, há de lembrar-se que eu,
7 desde rapaz, padeci esta devoção ao grego; devoção ou mania, que era o nome que V. Ex.^a lhe dava, e tão intensa que me ia fazendo reprovar em outras disciplinas. Abri o
10 tomo, e sucedeu o que sempre se dá comigo quando leio alguma coisa antiga: transporto-me ao tempo e ao meio da ação ou da obra. Foi o que se deu hoje. A página aberta
13 acertou de ser a vida de Alcebiades. (...) Juro a V. Ex.^a que não acreditei; por mais fiel que fosse o testemunho dos sentidos, não podia acabar de crer que tivesse ali, em minha
16 casa, não a sombra de Alcebiades, mas o próprio Alcebiades redivivo. Nutri ainda a esperança de que tudo aquilo não fosse mais do que o efeito de uma digestão mal rematada, um
19 simples eflúvio do quilo, através da luneta de Plutarco.(...) Alcebiades olhou para mim, cambaleou e caiu. Corri ao ilustre ateniense, para levá-lo, mas (com dor o digo) era
22 tarde; estava morto, morto pela segunda vez. Rogo a V. Ex.^a se digne de expedir suas respeitáveis ordens para que o cadáver seja transportado ao necrotério, e se proceda ao corpo de delito, relevando-me de não ir pessoalmente à casa de V. Ex.^a agora mesmo (dez da noite) em atenção ao profundo abalo por que acabo de passar, o que aliás farei
25 amanhã de manhã, antes das oito.

Machado de Assis. **Uma visita de Alcebiades**. In: **50 contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 91-8 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas linguísticas do texto **Carta do desembargador X... ao chefe de polícia da Corte** e à redação de correspondências oficiais, julgue os itens subsequentes.

- 15 O título, o formato e o assunto do texto permitem que ele seja classificado como reprodução exemplar de uma correspondência oficial do século XIX no Brasil.
- 16 O texto prima pela clareza, pela concisão e pelo necessário domínio da norma culta da língua portuguesa, preconizados pelas normas atuais da correspondência oficial.
- 17 A aproximação entre o formato de correspondência usada em órgãos públicos e o assunto de âmbito da vida privada, que caracteriza o estilo irônico da carta do desembargador X, é um procedimento inaceitável segundo os parâmetros atuais da redação oficial.
- 18 O fato de o objetivo da carta do desembargador X estar claramente expresso no final da missiva demonstra uma característica do texto que é exigida pelas normas atuais de correspondência oficial: a objetividade.
- 19 O acontecimento informado pelo remetente ao destinatário — a visita de Alcebiades — ocorreu, como ele afirma, graças à sua transposição para o tempo e lugar da obra de Plutarco.
- 20 Em “padeci esta devoção ao grego” (l.7), não haveria prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do texto, se fosse empregada a palavra **desta** em lugar de “esta”.

Texto para os itens de 21 a 31

A crise oriunda da toxicidade dos capitais, fato global mais relevante da segunda metade de 2008, ao migrar para as atividades produtivas já no fim do mesmo ano, aprofundou-se e alastrou-se geograficamente. Quase não houve surpresa, para o observador comum dos fatos globais, seu efeito dominó nos primeiros meses de 2009. A África naturalmente não está imune. A retração chinesa teve impacto no continente. O avanço dos capitais do Golfo Pérsico, no entanto, compensou o crédito e o financiamento infraestrutural dos novos projetos do NEPAD, a iniciativa africana de desenvolvimento sustentável e de incorporação social dos mais vulneráveis.

José Flávio Sombra Saraiva. **A África e o outro lado da crise**. In: **Correio Braziliense**, 22/2/2009, p. 17 (com adaptações).

Considerando o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens que se seguem.

- 21 A crise internacional que se estende pelo mundo desde fins de 2008, originada na economia real, moveu-se para o sistema financeiro.
- 22 Os impactos da crise de que trata o texto, embora muito fortes nas economias do Sul, tiveram pouca repercussão nos países do Norte.
- 23 No caminho da crise internacional, a economia do Japão recuou para os níveis da recessão que se presenciou a partir de 1970.
- 24 Com raízes advindas das desregulamentações financeiras dos anos anteriores e, iniciada em 2008, a crise econômica atual já apresenta encaminhamento organizado e sistêmico, com soluções multilaterais consensuais à vista entre governos e empresas.
- 25 Na China, vulnerável diante da dependência das exportações como fator relevante no seu PIB, vê-se crescimento mais lento nos primeiros meses de 2009.

Ainda com relação aos impactos da crise a que o texto se refere, especificamente no contexto africano e latino-americano, julgue os itens a seguir.

- 26** A América Latina está alheia ao processo de deterioração das economias do Norte, ao seguir sua rota de crescimento econômico intocável.
- 27** Em graus diferenciados, ao manter certo crescimento médio acumulado nos últimos anos, as economias africanas seguem com seus problemas estruturais, embora não tenham sido ainda dramaticamente abaladas pela crise internacional.
- 28** No Brasil, maior economia da América Latina, há problemas naturais, advindos do contexto externo adverso, com particular impacto na capacidade exportadora, tendente a diminuir ante as dificuldades de compra de vários de seus parceiros no Norte.
- 29** Nos países da América Latina, muito acoplados à economia norte-americana, como o México, vivem-se momentos de grande dificuldade ante a crise internacional do capitalismo.
- 30** Na África do Sul, país sede da Copa do Mundo de Futebol de 2010, não se distingue influência da crise atual do capitalismo ante o ritmo de construção de estádios e da infraestrutura para o evento internacional que se aproxima.
- 31** Na Argentina, país vizinho e membro do MERCOSUL, aplicou-se recentemente o expediente protecionista na compra de produtos brasileiros, sob alegação fundamentada no atual contexto de crise.

Acerca do trabalho, da tecnologia e do desenvolvimento sustentável, julgue os itens subsequentes.

- 32** No contexto da globalização em que hoje se vive, o mundo do trabalho ainda é uma obrigação do Estado, sendo que a grande maioria dos habitantes do planeta, em idade produtiva, tem um trabalho regular e proteções legais trabalhistas.
- 33** Se um braço da evolução tecnológica contemporânea é a renovação rápida do conhecimento aplicado a inovações, uma contrapartida dessa evolução é a crescente robotização dos processos produtivos, que reduzem a presença das forças de trabalho massivas.
- 34** O desenvolvimento sustentável, uma utopia para o mundo atual, é anseio de todos os setores sociais e políticos dos países centrais do capitalismo.
- 35** Regiões no Brasil como a Amazônia necessitam ainda de melhor aproveitamento de seus recursos naturais e humanos em projeto sustentável e soberano de desenvolvimento que beneficie suas populações e o país no seu conjunto.

Texto para os itens de 36 a 45

Denomina-se proposição toda frase que pode ser julgada como verdadeira — V — ou falsa — F —, mas não como V e F simultaneamente. As proposições simples são aquelas que não contêm mais de uma proposição como parte. As proposições compostas são construídas a partir de outras proposições, usando-se símbolos lógicos e parênteses para evitar ambiguidades. As proposições são usualmente simbolizadas por letras maiúsculas do alfabeto: A, B, C etc. Uma proposição composta na forma $A \vee B$, chamada disjunção, é lida como “A ou B” e tem valor lógico F se A e B são F, e V, nos demais casos. Uma proposição composta na forma $A \wedge B$, chamada conjunção, é lida como “A e B” e tem valor lógico V se A e B são V, e F, nos demais casos. Uma proposição composta na forma $A \rightarrow B$, chamada implicação, é lida como “se A, então B” e tem valor lógico F se A é V e B é F, e V, nos demais casos. Além disso, $\neg A$, que simboliza a negação da proposição A, é V se A for F, e é F se A for V.

A partir do texto, julgue os itens a seguir.

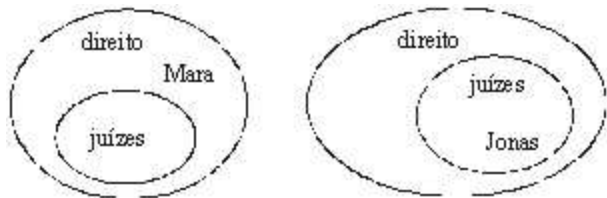
- 36** Na sequência de frases abaixo, há três proposições.
- ▶ Quantos tribunais regionais do trabalho há na região Sudeste do Brasil?
 - ▶ O TRT/ES lançou edital para preenchimento de 200 vagas.
 - ▶ Se o candidato estudar muito, então ele será aprovado no concurso do TRT/ES.
 - ▶ Indivíduo com 50 anos de idade ou mais não poderá se inscrever no concurso do TRT/ES.
- 37** A negação da proposição “O juiz determinou a libertação de um estelionatário e de um ladrão” é expressa na forma “O juiz não determinou a libertação de um estelionatário nem de um ladrão”.
- 38** Caso a proposição “No Brasil havia, em média, em 2007, seis juizes para cada 100 mil habitantes na justiça do trabalho estadual, mas, no estado do Espírito Santo, essa média era de 13 juizes” tenha valor lógico V, também será V a proposição “Se no Brasil não havia, em média, em 2007, seis juizes para cada 100 mil habitantes na justiça do trabalho estadual, então, no estado do Espírito Santo, essa média não era de 13 juizes”.
- 39** As proposições $(\neg A) \vee (\neg B)$ e $A \rightarrow B$ têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações lógicas das proposições A e B.

Uma dedução é uma sequência de proposições em que algumas são premissas e as demais são conclusões. Uma dedução é denominada válida quando tanto as premissas quanto as conclusões são verdadeiras. Suponha que as seguintes premissas sejam verdadeiras.

- I Se os processos estavam sobre a bandeja, então o juiz os analisou.
- II O juiz estava lendo os processos em seu escritório ou ele estava lendo os processos na sala de audiências.
- III Se o juiz estava lendo os processos em seu escritório, então os processos estavam sobre a mesa.
- IV O juiz não analisou os processos.
- V Se o juiz estava lendo os processos na sala de audiências, então os processos estavam sobre a bandeja.

A partir do texto e das informações e premissas acima, é correto afirmar que a proposição

- 40** “Se o juiz não estava lendo os processos em seu escritório, então ele estava lendo os processos na sala de audiências” é uma conclusão verdadeira.
- 41** “Se os processos não estavam sobre a mesa, então o juiz estava lendo os processos na sala de audiências” não é uma conclusão verdadeira.
- 42** “Os processos não estavam sobre bandeja” é uma conclusão verdadeira.
- 43** “Se o juiz analisou os processos, então ele não esteve no escritório” é uma conclusão verdadeira.



Nos diagramas acima, estão representados dois conjuntos de pessoas que possuem o diploma do curso superior de direito, dois conjuntos de juizes e dois elementos desses conjuntos: Mara e Jonas. Julgue os itens subsequentes tendo como referência esses diagramas e o texto.

- 44** A proposição “Mara é formada em direito e é juíza” é verdadeira.
- 45** A proposição “Se Jonas não é um juiz, então Mara e Jonas são formados em direito” é falsa.

Julgue os itens seguintes, acerca de contagem e probabilidades.

- 46** Se, em um concurso público com o total de 145 vagas, 4.140 inscritos concorrerem a 46 vagas para o cargo de técnico e 7.920 inscritos concorrerem para o cargo de analista, com provas para esses cargos em horários distintos, de forma que um indivíduo possa se inscrever para os dois cargos, então a probabilidade de que um candidato inscrito para os dois cargos obtenha uma vaga de técnico ou de analista será inferior a 0,025.
- 47** Considere que a corregedoria-geral da justiça do trabalho de determinado estado tenha constatado, em 2007, que, no resíduo de processos em fase de execução nas varas do trabalho desse estado, apenas 23% tiveram solução, e que esse índice não tem diminuído. Nessa situação, caso um cidadão tivesse, em 2007, um processo em fase de execução, então a probabilidade de seu processo não ser resolvido era superior a $\frac{4}{5}$.
- 48** Se, em determinado tribunal, há 54 juizes de 1.º grau, entre titulares e substitutos, então a quantidade de comissões distintas que poderão ser formados por 5 desses juizes, das quais os dois mais antigos no tribunal participem obrigatoriamente, será igual a 35.100.
- 49** Existem menos de 4×10^5 maneiras distintas de se distribuir 12 processos entre 4 dos 54 juizes de 1.º grau de um tribunal de forma que cada juiz receba 3 processos.
- 50** Se, de um grupo de pessoas formado por 15 graduados em direito, 12 graduados em arquitetura e 11 graduados em estatística, 5 forem graduados em direito e estatística; 8, em direito e arquitetura; 4, em arquitetura e estatística; e 3, em direito, arquitetura e estatística, então, nesse grupo, haverá mais de 5 pessoas graduadas somente em direito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Quanto ao sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 51** A concessão da medida cautelar, na ação direta de inconstitucionalidade, torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.
- 52** O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tem legitimidade ativa para propor ação declaratória de constitucionalidade, nos termos da Lei n.º 9.868/1999.
- 53** A petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade deve indicar o dispositivo da lei ou do ato normativo questionado, os fundamentos jurídicos do pedido e a existência de controvérsia judicial relevante acerca da aplicação da disposição objeto da ação.

Diante dos requisitos legais, o juiz de direito de determinada comarca decretou a prisão preventiva do vereador Galego, suspeito de tráfico de drogas, bem como autorizou a realização de busca e apreensão em sua residência. A polícia, de posse dos mandados judiciais, dirigiu-se até a câmara municipal, não logrando êxito em encontrar o vereador. Às 20 h, a polícia localizou Galego em sua residência.

Considerando as informações apresentadas na situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

- 54** De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a referida decisão judicial somente pode ser cumprida durante o dia.
- 55** Galego tem o direito constitucional à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- 56** Caso Galego seja condenado por decisão transitada em julgado, perde, automaticamente, o mandato de vereador.

Entender uma lei não é somente aferrar de modo mecânico o sentido aparente e imediato que resulta da conexão verbal; é indagar com profundidade o pensamento legislativo, descer da superfície verbal ao conceito íntimo que o texto encerra e desenvolvê-lo em todas as suas direções possíveis.

A missão do intérprete é justamente descobrir o conteúdo real da norma jurídica, determinar em toda a plenitude o seu valor, penetrar o mais que é possível (como diz Windscheid) na alma do legislador, reconstruir o pensamento legislativo.

Francesco Ferrara. *Interpretação e aplicação das leis*. Coimbra: Armênio Amado, 1987, p. 128 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **57 a 60**, acerca da interpretação e da aplicabilidade das normas constitucionais.

- 57** O princípio do efeito integrador estabelece que, havendo lacuna na CF, o juiz deve recorrer a outras normas do ordenamento jurídico para integrar o vácuo normativo.
- 58** A corrente que nega a possibilidade de o juiz, na interpretação constitucional, criar o direito e, valendo-se de valores substantivos, ir além do que o texto lhe permitir é chamada pela doutrina de não-interpretativista.

- 59** Segundo o princípio da unidade da constituição, cada país só pode ter uma constituição em vigor, de modo que a aprovação de nova constituição implica a automática revogação da anterior.

- 60** O princípio da máxima efetividade estabelece que o intérprete deve atribuir às normas constitucionais o sentido que lhes dê maior efetividade, evitando, sempre que possível, soluções que impliquem a não-aplicabilidade da norma.

Julgue os itens a seguir, a respeito das normas que regem os servidores públicos.

- 61** O vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, acrescida das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- 62** O servidor que, após ter tomado posse, não entrar em exercício no prazo de quinze dias, será, então, exonerado.
- 63** O servidor que, após dirigir requerimento a uma autoridade administrativa, obtiver resposta negativa, pode formular pedido de reconsideração à autoridade imediatamente superior à que decidiu contrariamente ao pedido formulado.

Acerca do controle da administração pública e dos princípios que lhe são aplicáveis, julgue os itens seguintes.

- 64** O controle financeiro exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas alcança qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos. Em razão do sistema de jurisdição única adotado no Brasil, as pessoas privadas, físicas ou jurídicas, estão sujeitas apenas ao controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário, não sendo passíveis de controle legislativo.
- 65** As sociedades de economia mista e as empresas públicas que prestam serviços públicos estão sujeitas ao princípio da publicidade tanto quanto os órgãos que compõem a administração direta, razão pela qual é vedado, nas suas campanhas publicitárias, mencionar nomes e veicular símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridade ou servidor dessas entidades.

A respeito da administração pública brasileira, julgue os itens subsequentes.

- 66** Como regra, a criação e a extinção de órgãos públicos não pode acontecer por decreto do chefe do Poder Executivo, mas apenas por lei.
- 67** Como pessoas jurídicas de direito público, as autarquias têm personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios e são criadas com a finalidade de desempenhar atividades próprias e típicas da administração pública.

Com relação aos atos administrativos e ao poder de polícia administrativa, julgue os itens de **68 a 70**.

- 68** Tendo em vista razões de conveniência e oportunidade no atendimento do interesse público, mesmo os atos administrativos dos quais resultarem direitos adquiridos poderão ser revogados unilateralmente pela administração.

69 O direito de a administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários expira em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

70 Se, no exercício do poder de polícia, determinada prefeitura demolir um imóvel construído clandestinamente em logradouro público, o invasor de má-fé não terá direito nem à retenção nem à indenização relativas a eventuais benfeitorias que tenha feito.

Julgue os próximos itens, a respeito do direito do trabalho.

71 A mudança de horário de trabalho de um empregado pode ser justificada pelo princípio do *jus variandi*.

72 A interrupção do contrato de trabalho ocorre nas hipóteses em que o empregado, embora sem prestar serviço, deva ser remunerado normalmente, sendo contado o tempo de serviço como se houvesse sido efetivamente prestado. Uma hipótese de interrupção é o repouso semanal remunerado.

73 Ocorre a suspensão do contrato de trabalho quando o empregado fica afastado e não recebe o salário, normalmente sem que seja contado o período de afastamento como tempo de serviço. Um exemplo de suspensão do contrato de trabalho é a licença paternidade.

74 Um empregado com 17 anos de idade pode desenvolver sua jornada de trabalho no período noturno, desde que não exista prejuízo para suas atividades escolares.

75 Quando o empregador cobra importância pelo transporte fornecido pela empresa, para local de difícil acesso, afasta do empregado o direito à percepção do pagamento das horas *in itinere*.

76 Empregadores que possuam mais de dez empregados arcam com o ônus da prova da jornada de trabalho, mediante a apresentação dos controles de frequência.

77 É vedada a realização de horas extras fundamentadas na celebração de acordo de prorrogação de horas no caso de atividades perigosas.

78 O empregado doméstico tem direito ao pagamento das horas extraordinárias trabalhadas.

79 O empregado pode *vender* o período integral de férias e receber o valor correspondente.

80 O empregado não pode prestar serviços com registro na carteira de trabalho a outro empregador durante o período de gozo das férias.

81 O período de concessão das férias é um ato exclusivo do empregador, independentemente de pedido ou concordância do empregado.

82 Entende-se como salário o conjunto de pagamentos provenientes do empregador ou de terceiros, recebidos em decorrência da prestação de serviços subordinados.

83 O vale-transporte tem natureza salarial.

84 Os valores mensais correspondentes ao FGTS não podem ser pagos diretamente ao empregado.

85 Na hipótese de trabalho da mulher aos domingos, é obrigatória uma escala de revezamento quinzenal que favoreça o repouso dominical, garantindo à mulher pelo menos uma folga aos domingos a cada 15 dias.

Com base na organização do Ministério Público do Trabalho, julgue os itens subsequentes.

86 Entre os órgãos do Ministério Público do Trabalho está o Conselho Nacional do Ministério Público.

87 Aos membros do Ministério Público do Trabalho são conferidas garantias idênticas às asseguradas aos magistrados.

88 A carreira do Ministério Público do Trabalho será constituída pelos cargos de subprocurador-geral do trabalho, procurador regional do trabalho e procurador do trabalho, sendo que o cargo inicial da carreira é o de procurador do trabalho e o do último nível, o de subprocurador-geral do trabalho.

A respeito dos atos, termos e prazos processuais, julgue os itens a seguir.

89 Os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e devem ser realizados nos dias úteis, nunca antes das oito horas, sendo possível sua extensão até as vinte horas.

90 É possível que a penhora se realize em domingo ou dia feriado.

91 Segundo entendimento do TST, tendo sido intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente.

92 Considerando que os prazos estabelecidos no título de atos, termos e prazos processuais contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e são contínuos e irrelevantes, somente podendo ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal ou em virtude de força maior devidamente comprovada, é certo que o recesso forense e as férias coletivas dos ministros não suspendem os prazos recursais.

93 Presume-se recebida a notificação 72 horas depois de sua postagem. O não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

94 Recebida e protocolada reclamação em que integre o polo passivo a União, o escrivão ou o secretário, dentro de 48 horas, deverá remeter a segunda via da petição ou do termo ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo para comparecer à audiência do julgamento, que vai ser a primeira desimpedida depois de vinte dias.

Considerando a jurisdição, a competência e a composição das varas do trabalho e dos tribunais regionais do trabalho (TRTs), julgue os itens seguintes.

95 Em todos os TRTs existentes no país, compete ao tribunal pleno o julgamento dos dissídios coletivos.

96 As varas do trabalho são competentes para julgar dissídio coletivo de trabalho em que se busca reajuste salarial.

97 Os TRTs compõem-se de, no mínimo, oito juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo presidente da República entre brasileiros com mais de trinta e menos de 65 anos de idade.

Acerca da distribuição, julgue os itens que se seguem.

- 98** A distribuição das reclamações deve ser feita entre as varas do trabalho ou os juízes de direito do cível, quando investidos na administração da justiça do trabalho, pela ordem rigorosa de sua apresentação ao distribuidor, quando o houver.
- 99** Feita a distribuição, a reclamação deve ser remetida pelo distribuidor à vara ou ao juízo competente, acompanhada do bilhete de distribuição.
- 100** A reclamação verbal deve ser distribuída antes de sua redução a termo. Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deve, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de cinco dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob pena de perempção.

Julgue os seguintes itens, referentes à vigência e aplicação da lei no tempo e no espaço.

- 101** Na aplicação da norma jurídica, a existência de uma antinomia jurídica aparente será resolvida pelos critérios normativos, ou seja, o hierárquico, cronológico e o da especialidade.
- 102** As emendas ou correções aditadas à lei que já tenha entrado em vigor são consideradas lei nova.

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, e do domicílio, julgue os seguintes itens.

- 103** Personalidade jurídica é a potencialidade de a pessoa adquirir direitos ou contrair obrigações na ordem civil.
- 104** Pode ser declarada por sentença a morte presumida da pessoa natural sem a necessidade da decretação da sua ausência.
- 105** As sociedades simples são aquelas que têm por objeto o exercício de atividades econômicas organizadas para a produção ou circulação de bens ou de serviços próprias de empresário.
- 106** No caso de preso ainda não condenado, o domicílio deste será o voluntário.

Julgue os itens que se seguem, a respeito do negócio jurídico, dos atos jurídicos lícitos e dos atos ilícitos.

- 107** O agente capaz que contratar com pessoa relativamente incapaz estará autorizado a invocar em seu favor a incapacidade relativa desta, desde que indivisível a prestação objeto do direito ou da obrigação comum.
- 108** O dolo principal não acarretará a anulação do negócio jurídico, obrigando apenas à satisfação de perdas e danos ou a uma redução da prestação convencional.

A respeito da prescrição e decadência, julgue os seguintes itens.

- 109** O juiz não poderá pronunciar de ofício a prescrição sobre direitos patrimoniais.
- 110** A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o sucessor absolutamente incapaz.

Julgue os próximos itens, acerca da ação de consignação em pagamento.

- 111** A ciência da realização do depósito extrajudicial ao credor deve ser providenciada pelo devedor ou pelo próprio banco, mediante carta com aviso de recepção, sendo certo que inviável a comunicação por tal meio, esta terá de ser realizada por meio de mandado de intimação a ser cumprido por oficial de justiça.
- 112** A lei processual prevê a possibilidade de o devedor de prestações periódicas depositar as demais que forem vencendo no mesmo processo, desde que o faça em até cinco dias da data do vencimento, sendo que a não realização dos depósitos dessas prestações não prejudica o julgamento do pedido relativo aos já realizados.

Julgue os itens a seguir, relativos às disposições gerais dos recursos.

- 113** A lei processual dispõe que a desistência do recurso pode ocorrer a qualquer tempo e independentemente da aquiescência do recorrido, de modo que é dado ao prejudicado manifestar seu intento de desistir antes mesmo da própria interposição do recurso cabível.
- 114** A renúncia ao direito de recorrer é feita independentemente da anuência da parte contrária e não admite termo ou condição; é possível, porém, que a parte que renuncia o faça apenas quanto ao recurso independente, sem que seu ato atinja o direito de recorrer adesivamente.

Com relação ao processo de execução, julgue os seguintes itens.

- 115** No caso de embargos à execução de ação de conhecimento incidente por meio da qual o executado se defende da execução, é possível ao embargado apresentar junto com sua impugnação também reconvenção na forma disciplinada pela lei processual.
- 116** Na execução das obrigações que determinam a entrega de coisa, é possível que, ultrapassado o prazo estabelecido para o executado cumprir sua obrigação, seja expedido mandado de busca e apreensão da coisa. Contudo, por ser incompatível com a finalidade dessa espécie de execução e com a própria efetividade almejada no processo, não é possível o estabelecimento de multa contra o executado para compeli-lo a entregar coisa que possa ser apreendida por ordem do juiz.

Julgue o item abaixo, acerca das partes e dos procuradores.

- 117** Em ação que verse a respeito de direito real imobiliário, um cônjuge não pode integrar o polo ativo da lide sem o consentimento do outro, sob pena de configurar-se a sua incapacidade processual e, não, a sua ilegitimidade *ad causam*.

Considerando o litisconsórcio e a assistência, julgue os itens subsequentes.

- 118** Sendo o litisconsórcio necessário aquele em que, por disposição legal ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tem de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, é imprescindível que todos os acionistas interessados na anulação da assembleia societária participem no polo ativo da ação movida com esse fim.
- 119** O assistente simples diferencia-se do chamado assistente litisconsorcial porque o julgamento do feito não influi na relação jurídica que mantém com o adversário do assistido, porém, mesmo diante dessa constatação, sua admissão no feito só é inviabilizada pela oposição fundamentada de uma das partes, devidamente acolhida pelo juiz.

A respeito do pedido, julgue o item abaixo.

- 120** Ajuizada uma ação em que o autor requeira a condenação do réu à entrega de determinado bem ou, caso este tenha perecido, ao pagamento de seu valor correspondente, tem-se não propriamente um pedido alternativo, mas dois pedidos em ordem subsidiária ou eventual.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

O oficial de justiça avaliador recebeu o mandado de citação, penhora e avaliação extraído dos autos do processo de ação de execução lastreada em título executivo extrajudicial, proposta por Daniele contra Marcos, no valor de R\$ 100.000,00, incluindo correção monetária, juros, honorários advocatícios e despesas processuais iniciais.

De posse do respectivo mandado, estando inviabilizado o bloqueio de pecúnia por meio eletrônico, o meirinho se ateve em diligências visando dar cabo ao cumprimento de seu dever funcional. Todavia, não logrou localizar o citando ou colher informações precisas sobre o seu paradeiro. Observou, ademais, que o predito mandado registrava a indicação de um bem imóvel de propriedade do executado, avaliado em R\$ 80.000,00, com todas as suas características e confrontações, inclusive com o número da matrícula no respectivo cartório de registro de imóveis. Além disso, o oficial anotou a existência de um veículo automotor estacionado na parte interna da residência do executado.

Considerando a situação hipotética acima apresentada e os dispositivos legais a ela aplicáveis, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- ▶ possibilidade de se proceder à constrição judicial dos bens em referência e, se for o caso, indicação da natureza jurídica dessa constrição;
- ▶ diligências cabíveis e necessárias à citação do executado;
- ▶ medidas destinadas a vencer eventual resistência oferecida pelo executado ou por terceiro;
- ▶ restrições de ordem legal e(ou) constitucional ao caso em epígrafe;
- ▶ requisitos legais que deve conter o auto de penhora.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	